



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 266/2016

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, número SIC em epígrafe, sobre os estudantes que realizaram Estágio Obrigatório na FATEC Indaiatuba.
2. Em resposta, o órgão forneceu dados relativos aos estágios desenvolvidos por estudantes da FATEC Indaiatuba. Em recurso hierárquico, o interessado indicou que sua solicitação inicial referia-se aos estágios realizados no âmbito da FATEC, e não por seus estudantes, ao que o órgão respondeu fornecendo os dados de 2016, esclarecendo não possuir informações sobre os anos anteriores. Decorrido o prazo indicado, apresentou-se recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição do artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. O pedido original do interessado não indica o intervalo temporal a que se refere. A resposta do órgão demandado forneceu os dados relativos a 2016, informando não possuir dados relativos a períodos anteriores. Oportuno lembrar que as manifestações de órgãos públicos estão revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral. Ilustrativa, nesse sentido, a Súmula nº 6/2015, aprovada pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal: “INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO – A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho”.
4. No entanto, importa lembrar que a Lei de Acesso à Informação assegura, no artigo 7º, inciso IV, acesso aos dados primários, coletados na fonte com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. Igualmente, o artigo 11, §3º, da lei prevê que o órgão público possa disponibilizar meios para que o próprio interessado reúna as informações de seu interesse. No caso concreto, isso significa o acesso aos expedientes correspondentes à contratação de estagiários por parte do Centro Paula Souza.

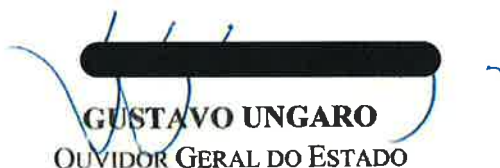
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Nesse sentido, ainda que o ente demandado não possua as informações consolidadas, há que se avaliar a possibilidade de consulta aos expedientes correspondentes, desde que seja possível franquear acesso sem divulgação indevida dos dados pessoais dos estagiários, protegidos por força do disposto no artigo 31 da Lei.
6. Ante o exposto, **conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento**, com fundamento nos artigos 7º, IV e 11, §3º, da Lei nº 12.527/2011, devendo o Centro Paula Souza, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, analisar a hipótese de acesso mediante consulta aos autos administrativos a ser efetuada diretamente pelo interessado, conforme a previsão legal acima destacada, desde que preservados eventuais dados pessoais, caso existentes.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 3 de outubro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO